

FISCALIZAR PARA SE DIVERTIR

Márcia Vitória
Da equipe do **Correio**

LR A SHOWS, TEATROS, CINEMAS E EVENTOS CULTURAIS DE TODO TIPO NÃO SERÁ MAIS PRIVILÉGIO DE POUCOS NO DISTRITO FEDERAL. A LEI, QUE FOI SANCIONADA NO ÚLTIMO DIA 16 PELO GOVERNADOR CRISTOVAM BUARQUE, CRIA O BÔNUS CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL.

Na prática, os bônus serão trocados por notas fiscais relativas a compras feitas em todo o DF. Assim, cada vez que o consumidor adquirir uma mercadoria (seja um sorvete, um remédio, ou uma roupa) e pedir a nota fiscal, esta poderá ser trocada por um bônus. Este por sua vez, deverá ser trocado por entradas de espetáculos e outras atrações culturais.

A idéia, simples na sua essência, mas ainda inédita no país, tem dois propósitos distintos. Para o deputado distrital Miquéias Paz, autor do projeto aprovado por unanimidade na Câmara no final de 1997, a intenção é facilitar o acesso de pessoas, dos mais diferentes segmentos, aos bens culturais produzidos na região. Para o governo do DF, as vantagens são ainda maiores, já que a emissão da nota fiscal dada ao consumidor pelas empresas é a forma mais eficiente que se tem de garantir a arrecadação do ICMS, sua principal fonte de receita.

Partindo do princípio de que a arte é um importante acessório de transformação social, o deputado distrital Miquéias Paz há muito tempo vinha pensando numa fórmula que levasse um maior número possível de pessoas a frequentar as salas dos teatros e cinemas.

Depois de muitas discussões em seu gabinete, conseguiu elaborar, junto com sua equipe, o projeto que dentro de 120 dias deve mudar a rotina dos brasilienses

(este é o prazo que o GDF tem para regularizar a lei).

“A partir de uma atividade de entretenimento cada pessoa passará a exercer a cidadania. A espera pela emissão da nota vai deixar de ser um momento aborrecido para ter um significado especial”, aposta o deputado.

Quem gostou da novidade foi o produtor Rodrigo Amaral, um dos donos da Agora Eles. Aliás, os produtores culturais são uma peça importante para o bom funcionamento da lei. Eles vão receber os bônus e terão no máximo dez dias para trocá-los por dinheiro. “Esta é uma idéia revolucionária, fantástica, boa para todo mundo. O governo vai passar a contar com novos fiscais (público em geral), vai facilitar a ida aos shows e nós produtores vamos ter casas mais cheias”, analisa.

“A proposta é excelente. É o instrumento que faltava para estimular a população a pedir a nota fiscal e ao mesmo tempo consumir cultura.

O único problema é quanto aos dez dias que o produtor tem para realizar a troca do bônus pelo dinheiro. Quem é daqui pode esperar sem problemas, mas os que vêm de fora com certeza não terão como fazer isto”, completa Waldemar Cunha, da Artway Produções.

Para começar a vigorar de fato, alguns aspectos da lei ainda pre-

cisam ser regulamentados. Falta definir o percentual de equivalência para troca das notas fiscais, estipular quem será o intermediário responsável por transformar os bônus em dinheiro e decidir quantos serão e onde funcionarão os postos de troca.

“Todos estes aspectos serão discutidos amplamente junto com Fundação Cultural. A princípio pensamos na possibilidade de restringir a lei a alguns setores onde existe particular dificuldade de fiscalização, como padarias, restaurantes e lavanderias. Mas não há nada definido”, comenta Mario Celso Menezes, assessor jurídico da Secretaria da Fazenda do DF.

Esta espécie de recorte tem, nas palavras de Mario Celso, a intenção de evitar uma demanda muito grande do bônus, o que poderia comprometer o orçamento da receita.

IDÉIA DEU CERTO EM RECIFE

O que agora é a lei nº 1863 no Distrito Federal, já foi tema de campanha da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, em 1996. Nesta época, cada R\$ 50,00 em notas fiscais podiam ser trocados em qualquer agência dos Correios por um vale lazer, que dava direito ao público de entrar em shows.

A principal diferença entre a campanha pernambucana batizada de *Viva a Nota* e a lei distrital é que, além de temporária — a campanha durou apenas quatro meses — as pessoas só tinham acesso à grade de espetáculos montada pela própria Secretaria da Fazenda.

Mesmo assim a iniciativa fez sucesso. Para medir o impacto da campanha foi contratado um estudo estatístico realizado por um professor da Universidade de Illinois (EUA) e a conclusão transformada em números foi significativa: nos quatro meses a arrecadação em Per-

nambuco aumentou R\$ 74 milhões.

O sucesso da empreitada estimulou o governo a repetir a ação este ano, obedecendo os mesmos critérios. O primeiro evento da campanha, que desta vez ganhou o nome de *Todos com a Nota* foi realizado no último sábado numa espécie de arena montada especificamente para esta finalidade no Parque de Exposições do Cordeiro, batizada de *Espaço Cultural Todos com a Nota*. Participaram do show a banda Dona Margarida Pereira e os Fulanos e o veterano Alceu Valença.

A novidade em 1998 é a parceria acertada com a Federação Pernambucana de Futebol para que o vale-lazer possa ser trocado por ingressos para o campeonato pernambucano de futebol. Prêmios como cadernetas de poupança no valor de R\$ 18 mil, carros zero, motocicletas, fogões e bicicletas serão sorteados durante os espetáculos.